

A TERRITORIALIDADE DOS CATADORES DE LIXO EM BELÉM (PARÁ-BRASIL)

Bruno Batista da Cunha // End.: Tv. 14 de Março, 1494/902 - Umarizal - Belém - Pará - Brasil. CEP: 66055-490 // Universidade Federal do Pará // brunocunha@ufpa.br

Palavras-chaves: *lixo, catadores, territorialidade, espaço urbano.*

1. Introdução:

A industrialização e a urbanização são responsáveis, a despeito do progresso que transparecem, por um ser par de problemas inúmeras vezes discutidos, estudados e debatidos. Resolvemos nos centrar na segregação e nos resíduos sólidos e nas relações existentes entre eles, até porque entendemos que a Geografia ainda pouco se vale de suas categorias e potenciais de pesquisa para tentar compreender esta dinâmica evidentemente estampada nas malhas urbanas latino-americanas.

2. Dinâmica urbana:

Corrêa (2003) afirma que a Geografia é uma ciência social e, por causa disso, estuda a sociedade, todavia, distingue-se das ciências sociais irmãs, através do espaço. Isto é, a Geografia estuda a sociedade viabilizada pela organização espacial. O espaço urbano é continente e conteúdo das relações estudadas neste trabalho e não poderíamos tecer considerações a respeito sem tropeçarmos reincidentemente na segregação.

Se o urbano é onde o capitalismo melhor se retrata, suas desigualdades, também serão mais facilmente identificadas nas relações urbanas oriundas desse modo de produção. Corrêa (2005) diz que no capitalismo, as diferenças sociais são significativas quanto ao “acesso aos bens e serviços produzidos socialmente” (p. 29); para Ribeiro (1997) o preço da terra é o “mecanismo econômico responsável pela constituição do espaço urbano e pela segregação social na cidade”; Santos (1994), por sua vez, diz que tantos estes mecanismos, quanto a acessibilidade restrita aos bens e serviços

sociais (efeito cíclico), fomentam “a expansão da crise urbana”, fazendo a cidade ser interpretada como “criadora de pobreza”.

2.1. A cidade e a segregação: da Escola de Chicago à justiça social de David Harvey

Braudel (1997) nos apresenta relatos das formações das cidades, na Idade Média européia e mesmo sem se ater especificamente aos aspectos segregadores, não se furta a nos expor as diferenciações, mormente galgadas nos ofícios entre os moradores intramuros e os moradores extramuros¹. O *status* diferenciador permeava, além dos ofícios, a nobreza e a não-nobreza de uma sociedade confusa, nos primeiros passos do capitalismo, mas já com evidências de migração de miseráveis do campo às cidades, que hoje credenciamos à flexibilização do capital.

O lixo, ao longo dos períodos medieval e moderno que antecederam a Revolução Francesa e mais precisamente, a já contemporânea Revolução Industrial (e suas revoluções subseqüentes), era, invariavelmente, assimilável pelo meio ambiente. Mas com a Revolução Industrial, isto é, em meados do Século XIX, lixo e segregação social ganharam dimensões incalculáveis. Com este marco histórico, uma seqüência contínua de processos de urbanização e industrialização maciços e nocivos ao meio ambiente e à urbanidade.

Se o lixo não mereceu uma abordagem no início das evidências físicas deste processo, as relações sociais e seus aspectos segregadores, ao menos, não seguiram este exemplo. Para tanto, há que se referendar a Escola de Sociologia de Chicago como referência acadêmica do estudo e da aprendizagem da cidade sob seus vieses sociais. Mas por que Chicago?

Chicago era, entre o final do Séc. XIX e o início do Séc. XX, um ícone do contrasenso entre a realidade urbana e a Constituição americana. Chicago, importante cidade do estado norte-americano de Illinois, era um perfeito retrato de desigualdades,

¹ A cidade medieval, a partir do Séc. XV, passou a possuir uma característica física contundente: a muralha. O muro separava os nobres, os religiosos, os mercadores, os médicos dentre outros que moravam dentro das cidades, dos artesãos, industriais e miseráveis do campo que se tornaram miseráveis das cidades, que residiam do lado de fora. Os muros não eram ferramentas de proteção, porém, elementos de segregação econômica e social (BRAUDEL, 1997).

diferenças e conflitos que a metrópole moderna começava a espelhar para as gerações vindouras (VELHO, 2005).

É perante este cenário caótico que nasce a Universidade de Chicago (1892), donde viria a se destacar no estudo “urbanológico”, sua Escola de Sociologia e Antropologia² (VELHO, 2005). Quando a Escola de Chicago promulgou as primeiras teorizações a respeito do espaço urbano e sua configuração, o fez a partir de estudos sobre indivíduos e sociedades concernentes às teorizações evolucionistas de Charles Darwin³. Esta ecologia urbana sugerida por Robert Park⁴ era tanto aplicável aos territórios de grupos étnicos, culturais, lingüísticos, religiosos e outros espalhados no espaço urbano de Chicago, visto que premiava competitividade, estabelecimento de espacialidades e motivação capitalista; quanto frágil, ao desdenhar as relações concernentes. Além da competitividade, nos lembra Corrêa (2005), a dominação (melhor adequação de uns ao invés de outros, ao meio apropriado) e a sucessão (substituição de um grupo por outro) formam o trinômio do ideário de aplicação da ecologia ao urbano.

Chicago era um mosaico de etnias. Velho (2005) nos cita europeus como italianos, alemães, irlandeses, ingleses, russos e ucranianos dentre outros, além de negros e brancos pobres sulistas (*red necks*) que realmente apresentavam dificuldades de comunicação entre si, como espécies animais distintas, aumentando, na percepção urbana da Escola, as possibilidades de aplicabilidades dos conceitos darwinistas.

Mas, Palen (1975) acaba por diferenciar os ecologistas dos sociólogos através de seus objetos ao ligar os primeiros aos grupos e os demais aos indivíduos. De fato, não é isso que torna a obra de Jonh Palen interessante aos olhares geográficos. Muito embora, ainda refutável no aspecto relacional, Palen (1975), em análise restrita à realidade americana (quase que totalmente retratada no Séc. XX), entende que existem *áreas sociais*, com determinados atributos sociais associados à variáveis como posição social, urbanização e segregação. A posição social seria medida através da

² Num primeiro momento, ambas as ciências dividiam o mesmo departamento, dividido, somente, em 1929.

³ Charles Darwin publicou a *Origem das espécies*, em 1859.

⁴ Trata-se do maior nome da Sociologia estadunidense no início do Séc. XX. Em torno do seu nome foram consolidadas as bases da Sociologia Urbana que influenciam pesquisadores até hoje.

profissão e nível de instrução. A urbanização de Palen referia-se a dados familiares, exclusivamente, tais como mulheres na família, trabalhando fora de casa ou não, ou ainda número de filhos (algo bastante descritivo e quase nada interpretativo). A segregação, por fim, mensurava o isolamento dos grupos étnicos. Se pensássemos assim, nosso trabalho não alcançaria a profundidade almejada.

Palen (1975), também, aborda vários fenômenos urbanos como densidades, estilos de vida, religião, comunidades e seus espaços, tipos de família, mobilidade, moralidade e poder, dentre outros, mas recente-se das relações. Chega a dizer que os fatores usados para distinguir as classes sociais americanas são geralmente os seguintes: “renda, educação, profissão, raça, família e estilo de vida” (p.213).

Entendemos que segregação e distinção entre classes são mais contundentes, sim, a partir da distribuição de renda. Esta distribuição é que de fato regula a formação sócio-espacial e justifica tipologias e oportunidades de emprego, bem como a mobilidade intra-urbana e seus ajustamentos. Harvey (1980) explica que a Geografia acabou refém das idéias econômicas que sucederam as teorizações da Escola de Chicago e acabou por trabalhar as relações sob um enfoque liberal equivocado, como se armazenasse informações em escaninhos não relacionais do tipo, (a) os ricos podem pagar por distancias maiores, o que lhe fazem procurar por locais de moradia mais distantes dos centros de emprego e mais amenos frente às conturbações citadinas, (b) os ajustamentos dos indivíduos às mudanças nas cidades se dá com maior facilidade para quem possui maior renda, (c) os grupos econômicos menores alcançam maiores benefícios na estrutura da cidade, (d) os eixos de ligação seriam suficientes para que os deslocamentos *moradia - local de trabalho* fossem cobertos, dentre outros.

Por certo, não são informações refutáveis numa análise da cidade, contudo Harvey (1980) promulga uma revolução da cidade e da ótica da Geografia sob a formação sócio-espacial. Entende que as relações fragilizam cada vez mais o lado mais fraco e fortalecem mais o lado mais forte. A partir do que chama de organização social territorial da cidade, entende que a justiça social se fará na redução das discrepâncias na distribuição de renda e baseia sua revolução não em um novo modo

de produção, mas sim, em um novo modo de integração econômica fundamentado na reciprocidade, ou seja, na transferência de bens, favores e serviços entre indivíduos, como nas sociedades igualitárias de Fride e no comunismo primitivo de Marx.

2.2. A cidade e a segregação: atores e dinâmicas

Harvey (1975) *apud* Corrêa (2005) afirma que segregação é diferencial de renda e seria um grande equívoco entender renda simplesmente como a soma algébrica do valor de mercado dos direitos de consumo ou todas as receitas que aumentam o poder de compra sobre os recursos escassos, em uma sociedade. Este diferencial de renda precisa ser entendido como proximidade – ou não – às facilidades urbanas (água, esgoto, arborização, serviços de educação e saúde, etc...), aos crimes, aos serviços ou à infra-estrutura. É imperativo que o diferencial residencial, oriundo do cenário de contrastes tipológicos baseado na má distribuição de renda, seja interpretado “em termos das relações sociais dentro da sociedade capitalista” (p. 65). Isto implica em entender os efeitos da flexibilização do capital e os atores ativos e passivos na dinâmica urbana segregadora.

“A classe dominante ou uma de suas frações, [...], segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado” (CORRÊA, 2005:64).

A classe dominante se espacializa, na dinâmica urbana, com grupos de interesses distintos e por vezes conflitantes, contudo, seja na forma de proprietários de meios de produção, seja como proprietário de terras ou, seja através da especulação imobiliária, tal classe poderosa na adequação dos arranjos urbanos não é a única produtora do espaço urbano. À revelia das ações urbanísticas da gestão municipal e absolutamente passiva nas ações corporativas de interesse unilateral dos ricos, os excluídos se espacializam de forma própria, em evidências tipológicas de escassez, no mais amplo sentido da estrutura citadina.

Se simplesmente evidenciássemos a dicotomia entre proprietários de meios de produção e força de trabalho, teríamos várias comprovações de segregação fruto destas relações no espaço urbano, todavia, as barreiras ideológicas, de consumo, de

distribuição, de circulação, de acesso e de produção são executadas a partir de ações do Estado.

No âmbito municipal, as ações segregadoras na cidade são evidentes nas diferenças estruturais associadas à renda. As zonas urbanas de alta renda são mais bem servidas de equipamentos urbanos como pavimentação de vias, transporte coletivo, abastecimento de água e energia elétrica, rede coletora de esgoto e coleta de lixo. Estas condições favoráveis à habitabilidade, também são favoráveis aos empreendimentos comerciais e correlata oportunidade de emprego.

O avanço do valor de uso complexo da terra, isto é, esta representação da cidade na essência da contradição da urbanização (RIBEIRO, 1997) ou a gama de oportunidades oriunda da presença dos equipamentos urbanos não melhora, *ipso facto*, a qualidade de vida dos residentes das periferias para onde se encaminham tais melhorias. Isto se dá porque estas condições favoráveis estão direta e inexoravelmente associadas à renda, o que, gradualmente, expulsa os moradores de menor poder de compra. A terra nestas áreas de transição⁵ são alvos inevitáveis de especulação imobiliária e as menores melhorias (via de regra, inicialmente, drenagem pluvial e pavimentação) são suficientes para que o próprio poder municipal recalcule, a maior, as tributações prediais e de propriedade, da mesma forma que concessionárias requalificam seus serviços, substituindo a taxaçaõ⁶ pela tarifaçaõ⁷.

Apesar de as termos resumido, tais modificações provocam ajustamentos na classe aparentemente beneficiada que, passivamente, frente às obrigações pecuniárias da manutenção de seu imóvel, acabam por apresentar mobilidade e afastamento maior do centro “bem servido”, prejudicando o nível tipológico de sua (nova) habitação e aumentando seus custos ou tempos de viagem entre moradia e emprego ou ocupação.

⁵ Sugerimos a leitura de Corrêa (2005) para aprofundamento nas questões que envolvem áreas (ou zonas) de transição.

⁶ Forma de arrecadação pela prestação de serviço que independe de variações de consumo, geralmente atribuídas a zonas de baixa renda, baixa frequência habitacional (casas de veraneio) ou de consumos médios insignificantes.

⁷ Forma de arrecadação pela prestação de serviço atrelada ao consumo.

3. Os aglomerados de exclusão e a especialização dos catadores:

No cenário da segregação, os grupos excluídos abrangem diversas raças, credos, raízes culturais e ofícios. Um corpo de difícil síntese, muito embora identificados pela alcunha de desterritorializados.

3.1. Desterritorialização

A base semântica do termo desterritorialização nos remete a presença do sufixo de negação, de ausência *des*, associado ao território. A falta da base territorial para o exercício genérico da cidadania, nas mais diversas formas da expressão humana, permeando economia, cultura, religião e outros aspectos antropológicos é o cerne fundamental para que entendamos um grupo social como desterritorializado.

A flexibilização do capital e seu fator locacional são, no nosso entendimento, o propulsor da desterritorialização de indivíduos. As vantagens locacionais de um empreendimento é fator de migração que influencia demograficamente tanto no destino migratório, quanto nas diversas origens deste fenômeno.

Estes grupos móveis, desencaixados de seu local de origem, migram em busca de oportunidades de emprego, não necessariamente desterritorializados pela mobilidade, mas sim, pelas perdas de identidade que estão vinculadas a este movimento. Vale lembrar que existe desterritorialização sem qualquer alteração da base física onde grupos estão postados, mas no nosso caso, desterritorialização é necessariamente associada aos movimentos migratórios e as reespecializações a que são submetidos tais grupos, no intuito de se reterritorializarem em outras bases físicas.

Se entendermos território como acesso a oportunidades, veremos que a flexibilização do capital e seu efeito migratório obrigam grupos a se deslocarem em busca dessas oportunidades. A catação de lixo – temos visto – não é motivação imperativa desta mobilidade, mas sim resultado de uma frustração laboral, na condição de oportunidade derradeira, que acaba por se refletir no espaço urbano, com uma dinâmica própria.

3.1.1. Alguns casos e o caso de Belém

Dias (2002) analisou o aspecto migratório, em pesquisa de campo, junto a 14 catadores de rua, em Curitiba, cidade brasileira, capital do Estado do Paraná. Destes, mais que $\frac{3}{4}$ (três quartos) não eram oriundos da capital paranaense. Contudo, dentre os nativos, apenas 25% sempre se mantiveram em Curitiba, enquanto os demais 75% perambularam por outras cidades antes de retornar à cidade natal. Isto nos remonta à 94% da amostra, com evidências de mobilidade.

Limitando a análise aos migrantes não-nativos, observamos que Allan Dias propôs dois subgrupos, assim representados: os que saíram da cidade de origem direto para Curitiba (54%) e os que passaram por outras cidades – de duas a oito – antes de Curitiba (46%). Esta subdivisão só nos é importante para que visualizemos a intensidade da mobilidade ou de quebra de fixações territoriais que caracterizam este fenômeno como “desterritorialização”. Barros, Prado e Silva (2005) nos oferece dados sobre catadores que se utilizam do lixão de Castanhal (cidade do nordeste paraense) como fonte de renda que remontam a 65% de não-nativos, dentre os quais mais de 25% migraram de outros estados.

No exemplo do Paraná, dos catadores que praticaram mobilidade, curitibanos ou não, 87,5% o fizeram “em busca de trabalho, em função da ausência de oportunidades (postos de trabalho), baixa remuneração ou ainda, falta de perspectiva de melhores condições de vida” (DIAS, 2002:47). No caso do município paraense, as oportunidades de trabalho nasceram, desde a década de 50, com o início de malha rodoviária na Amazônia. Vale salientar que Castanhal foi construída às margens da BR-316⁸, o que justifica a grande presença de nordestinos na amostragem, principalmente, pernambucanos (BARROS, PRADO E SILVA, 2005:9).

Em Belém, buscamos ainda um universo mais abrangente, mas entendemos que os dados abaixo são já valiosos para uma interpretação alentada.

⁸ Tal rodovia federal liga Belém ao nordeste brasileiro.

Dos 450 catadores sobre o lixão de Belém, 182 são nativos da capital paraense, o equivalente a 40,44%. Os quase 60% restantes dividem-se entre o interior do estado e outras 9 unidades federativas, conforme se vê na Tabela 1 e na Figura 1.

Tabela 1: Catadores sobre o lixão de Belém, pela origem.

Origem	Número
Pará (Belém)	182
Pará (interior)	225
Maranhão	24
Ceará	8
Piauí	5
Amapá	1
Goiás	1
Pernambuco	1
Sergipe	1
São Paulo	1
Rondônia	1
Total	450

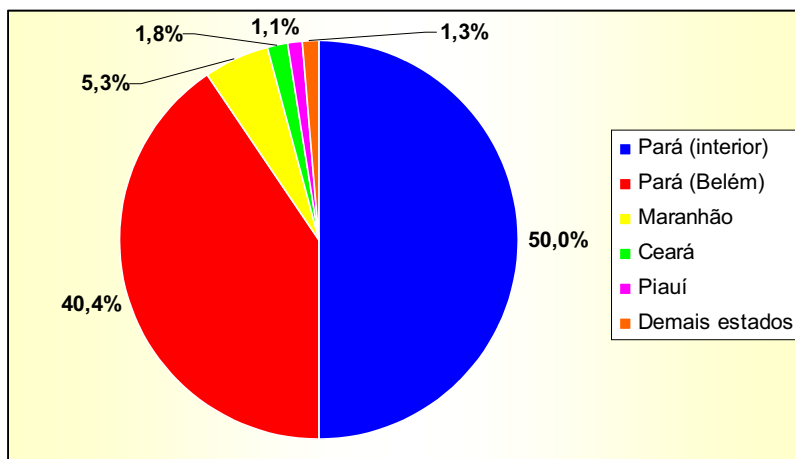


Figura 1: Gráfico de origem dos catadores sobre o lixão de Belém.

Fonte: Belém (2001)

Os números refletem uma realidade sócio-econômica regional procedente. O Estado do Pará, verdadeiramente não figura como um celeiro de oportunidades regionais, muito embora seja uma referência para os estados vizinhos do Amapá (1 evento migratório) e para o Maranhão (24 eventos). Ceará e Piauí, mesmo possuindo outros destinos mais aceitáveis na busca por oportunidades, se fazem bem representados, curiosamente superando o estado amapaense, que na verdade esperávamos, ser bem mais representado. Contudo, conseguimos evidenciar uma tendência, na migração interior – capital. A administração estadual preconiza e tem estabelecido em suas ações uma diferenciação espantosa de oportunidades em favor de Belém e sua região metropolitana, em detrimento dos demais municípios, o que justifica, perfeitamente, a maciça presença de cinquenta por cento dos catadores com origem no interior do estado.

Do número ainda reduzido de catadores entrevistados com ação nos bairros residenciais centrais de Belém, temos 50% de nativos da capital, outros 34% vindos do interior paraense e 17% de cearenses.

3.2. A especialização dos catadores

A exclusão é verdadeiramente latente frente à flexibilização do capital. Os aglomerados de exclusão acabam por buscar associações voltadas aos seus ofícios. A catação e o comércio informal (ambulantes) tornaram-se alternativas especializadas de renda. Impossível não entender que os catadores de materiais recicláveis são especialistas, já que são identificados por sua função, através da qual se territorializam. Contudo, o aspecto segregacional que os exclui como força de trabalho produtiva e organizada, com benefícios legais e alcance de justiça social lhes é intrinsecamente forte. Dos 450 catadores sobre o lixão de Belém, 253 se identificaram como “sem profissão”, o que devemos interpretar como sem prática em algum ofício específico, um trabalhador flutuante à mercê das intenções do mercado. Isto redundou em 197 catadores (quase 44%) identificados com alguma profissão, desde pedreiro, ajudante de pedreiro e serralheiro até motorista e músico dentre outras tantas.

4. A territorialização dos excluídos, na condição de catadores:

A especialização dos catadores é fundamental para que entendamos que é através da catação de materiais recicláveis que estes indivíduos excluídos tentam se territorializar. Ao longo das pesquisas, percebemos que esta territorialização não é idealizada, ao contrário, é tão passiva quanto fora sua desterritorialização. Os catadores – entendemos, assim – são levados a este garimpo urbano por condições de vida que lhe são atribuídas pela estrutura organizacional da cidade que premia as classes dominantes, como já falado anteriormente. Esta condição de exclusão e passividade estabelece uma oportunidade laboral derradeira, permeada pela indignidade e pela adversidade do trabalho sobre um lixão municipal.

Os catadores, no neo-extratativismo urbano, desempenham, até como excedente de pobreza essencial ao modo de produção capitalista, a função ingrata de manusear o lixo e garimpar o material reciclável que virá, por aquisição a custos módicos, alimentar a grande empresa com a nova matéria-prima e com o ideário do selo da reciclagem, que sob uma máscara ambiental, esconde os processos exploratórios que lhe justificam.

4.1. Representação espacial dos catadores, no urbano de Belém.

Há uma diferença significativa entre os catadores, por seu local de catação. Por um lado, os catadores sobre lixões se beneficiam do montante⁹, já que todo lixo urbano coletado, em cidades sem aterros sanitários, para lá (lixões) se direciona. Por outra banda, os catadores de rua se beneficiam da concorrência menor (em relação a outros catadores) e da vantagem de garimpar na origem (nos coletores frente aos domicílios residenciais e/ou comerciais), desta feita o fazem nos bairros ricos, onde o lixo potencialmente reciclável é significativamente maior e melhor.

Os catadores de rua, na grande maioria das vezes, possuem um circuito de coleta, ou seja, um trajeto de sua territorialidade. Mas diferente dos catadores sobre os lixões que laboram na disposição final, os catadores de rua garimpam em área de coleta municipal, o que os leva a disputar os mesmos recursos (apesar de motivações divergentes) com a gestão municipal, sendo que esta é muito mais “forte”, já que equipada de máquinas, homens e gerenciamento, restando ao catador de rua a “inteligência” de se movimentar entre o acondicionamento domiciliar e a coleta pública.

Corrêa (2003:66) lembra que atividades como estas em que incluímos as dos catadores, garantem “determinado nível de subsistência para uma população aparentemente marginalizada que não teria emprego fixo nas atividades modernas”, mas não é isso que lhes garante territorialidade.

Nos mapas a seguir (Figura 2 e Figura 3), estaremos apresentando a concentração demográfica dos catadores, em Belém, por local de domicílio e por local de coleta, onde poderemos verificar como os catadores se distribuem, na capital paraense e em uma pequena faixa de conurbação com o município vizinho de Ananindeua e, perceberemos esta espacialização em relação ao centro de Belém e ao lixão municipal (Lixão do Aurá).

⁹ Há mais de 2.200 caminhões coletores compactadores de lixo no Brasil, segundo o Diagnóstico de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos, de 2003 (mais recente editado), dentre os quais, 93% aparecem nos municípios com mais de 150.000 habitantes. Este dado é importante para entendermos que os catadores sobre lixão não garimpam simplesmente uma garrafa PET sob uma casca de melancia, mas sim uma garrafa PET compactada com tantos outros compositores do lixo urbano nas cidades médias e grandes, o que aumenta não só a dificuldade laboral, como a insalubridade.

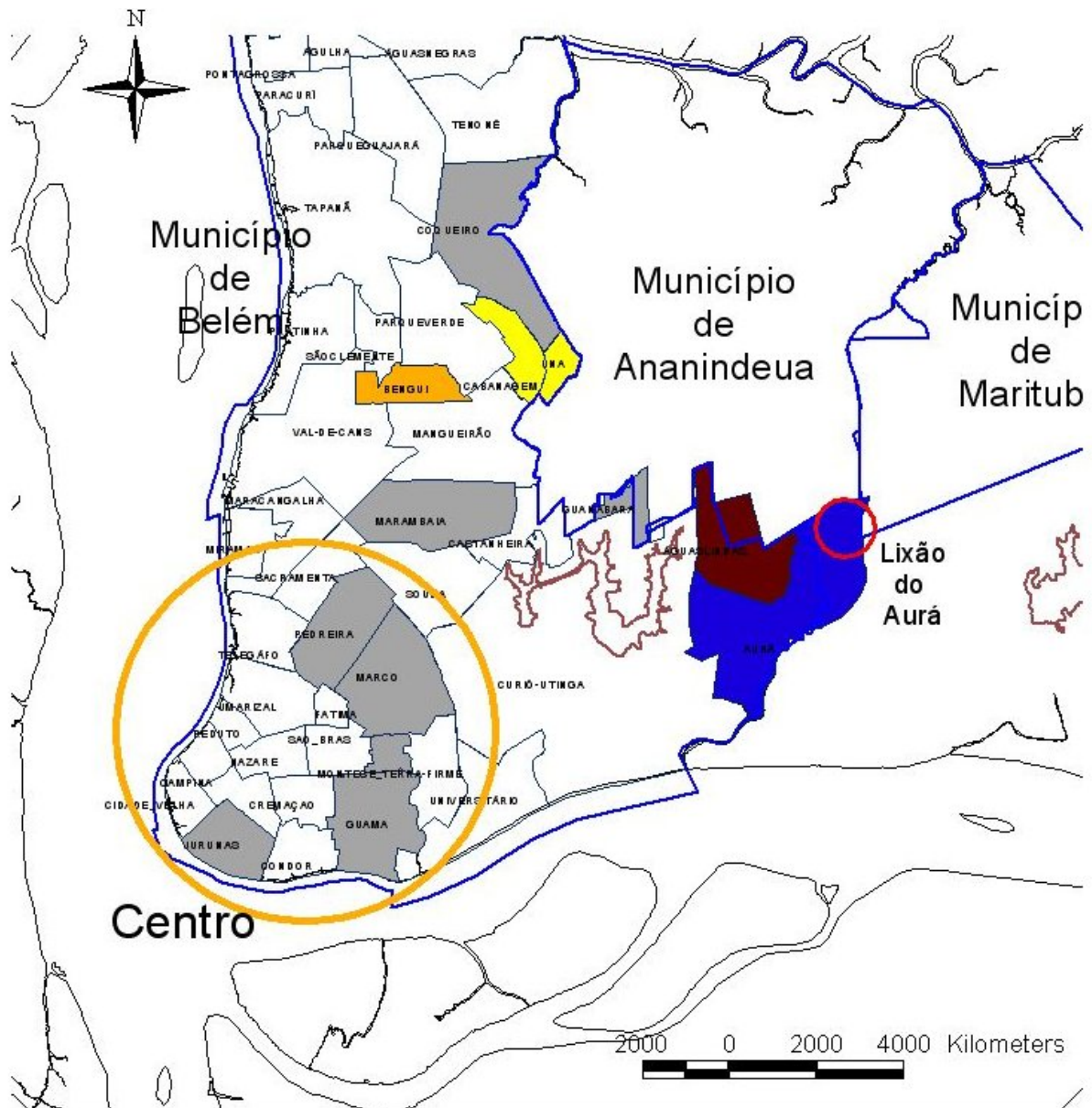


Figura 2: Mapa dos catadores por bairro de moradia (LIMA, 2006).

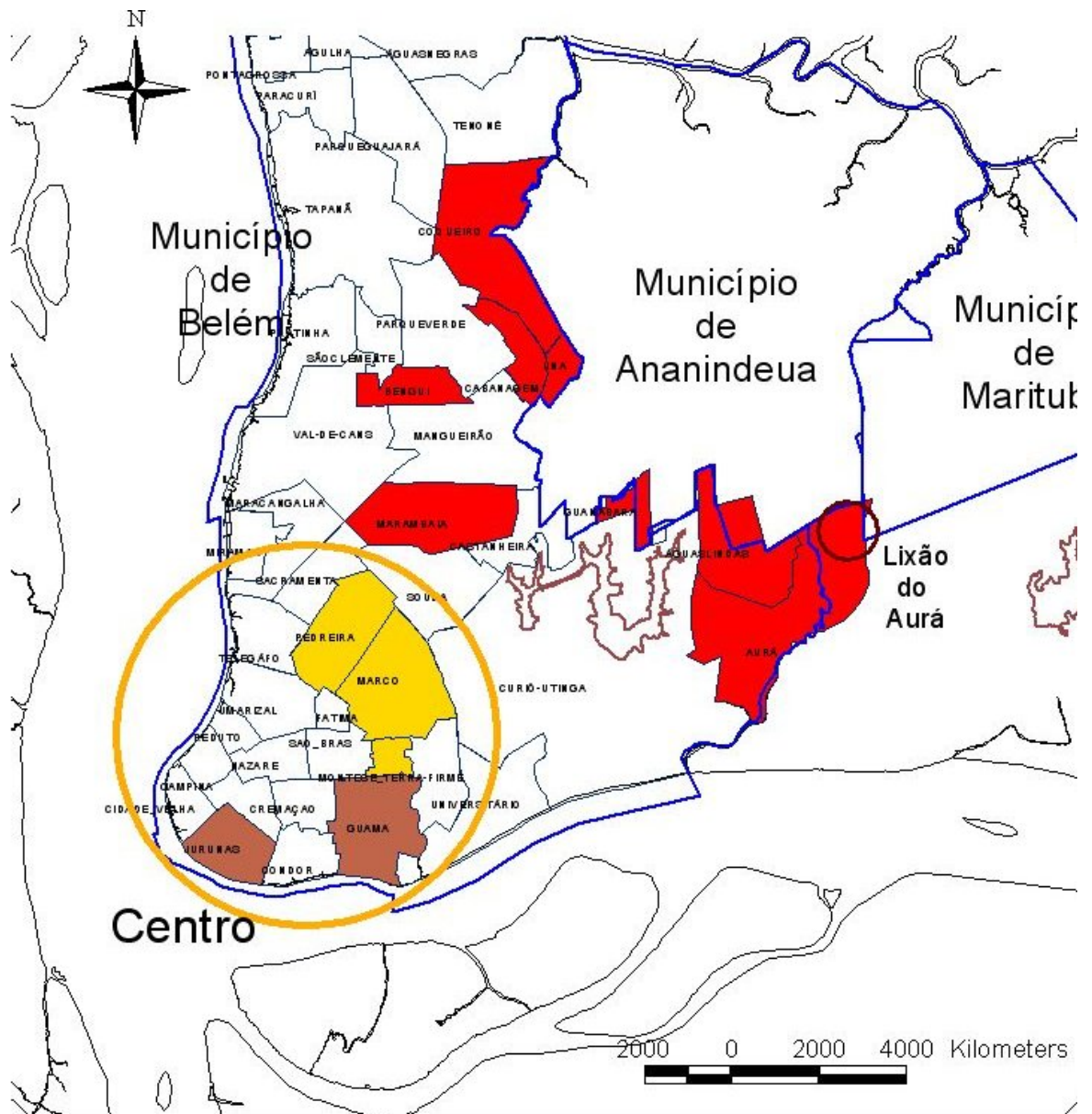


Figura 3: Mapa dos locais de coleta por local de moradia (LIMA, 2006).

Os mapas das figuras 4 e 5 darão conta da distribuição de renda, em Belém.

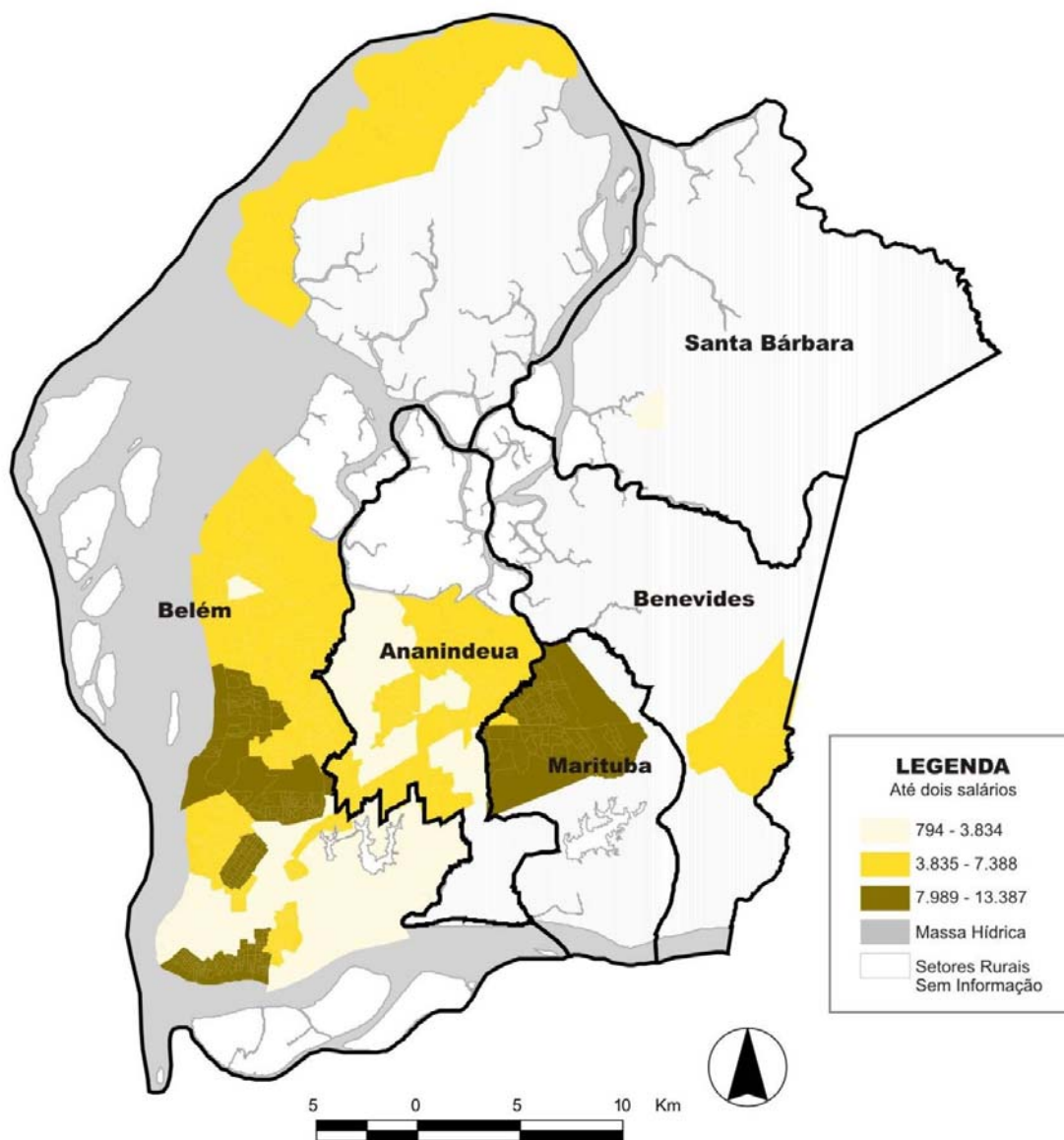


Figura 4: Mapa da RENDA mensal, na Região Metropolitana de Belém, em Salários Mínimos (SM) – Até 2 SM's.

Fonte: IPPUR/UFRJ/FASE (2005) – Equipe Belém: José Júlio Lima, Ana Cláudia Cardoso, Fernando Mesquita

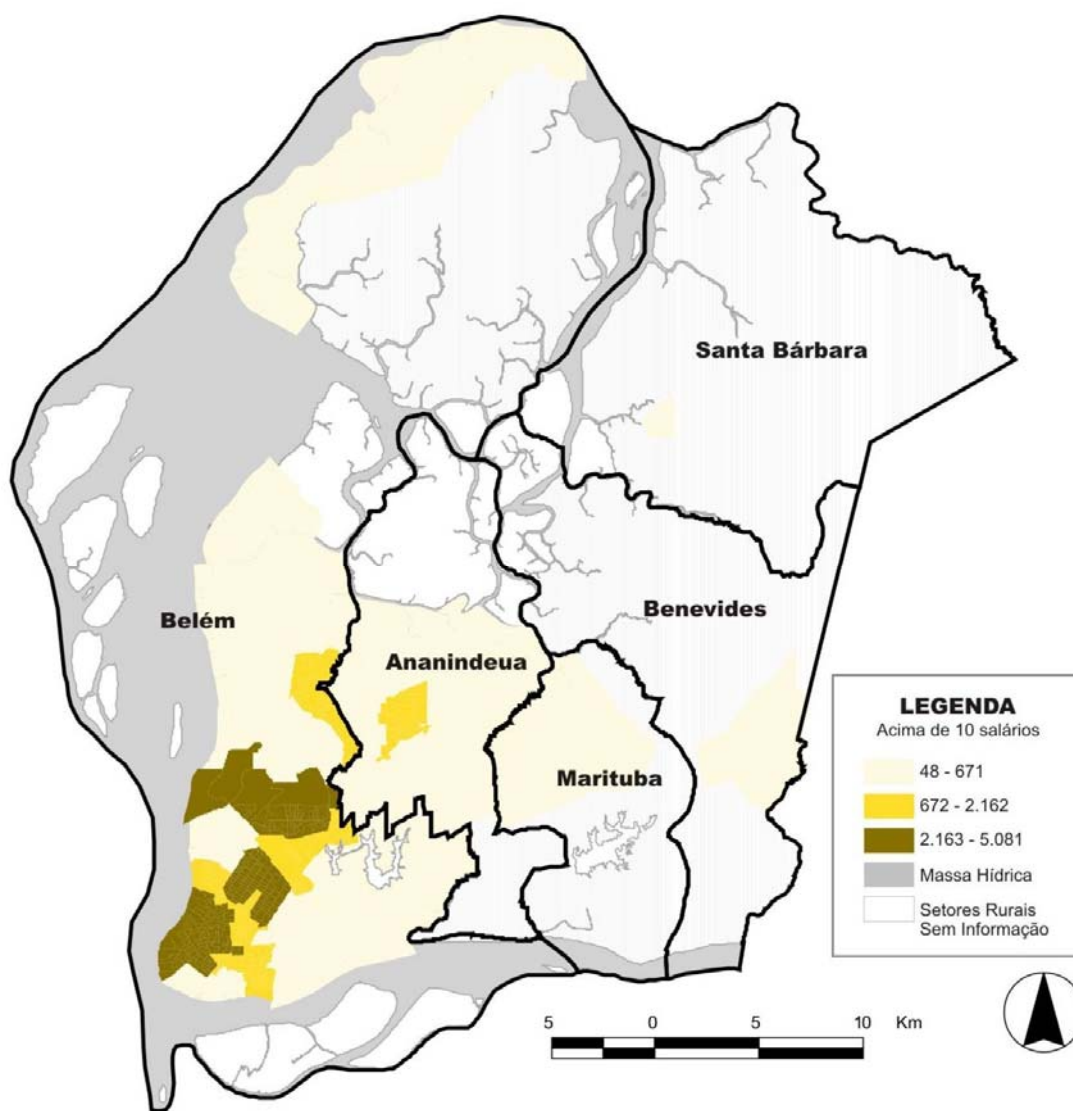


Figura 5: Mapa da RENDA mensal, na Região Metropolitana de Belém, em Salários Mínimos (SM) – Mais de SM's.

Fonte: IPPUR/UFRJ/FASE (2005) – Equipe Belém: José Júlio Lima, Ana Cláudia Cardoso, Fernando Mesquita

Propositadamente, não apresentamos cartografia na faixa de renda entre 2 e 10 salários mínimos. Inicialmente, porque existem peculiaridades de Belém que justificam números não tão significativos para uma interpretação de segregação pela distribuição de renda, por exemplo, quando verificamos tanto uma periferia amena que eleva um pouco o nível econômico da população daquela área, bem como uma periferia

comercial muito intensa, mais precisamente na zona portuária da capital. Por outro lado, o distanciamento entre as faixas de renda escolhidas (até 2 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos) nos apresenta as desigualdades de maneira muito precisa na cartografia.

Analisando as figuras, temos a observar: primeiramente, quanto à catação sobre o lixão, podemos perceber uma mancha quase que única de oportunidade de moradia e oportunidade de trabalho (v. figuras 2 e 3), que rompe distâncias ínfimas, quando tratamos de metrópole, mas contundentemente visualizada como área de baixa renda (v. figuras 4 e 5). A urbanização precária desta periferia atende a todos os preceitos da dinâmica urbana anteriormente comentada, entretantes, não nos sentimos aptos a afirmar se o lixão atraiu esta pobreza ou se esta pobreza atraiu o lixão. De fato, sim, podemos afirmar, que este magnetismo há e muito provavelmente possua atração bilateral como se as oportunidades de renda verificadas no Lixão do Aurá¹⁰ fossem a melhor alternativa para aqueles moradores vizinhos, bem como aquele quinhão da sociedade fosse o único perfil sócio-econômico que se adequasse à tal vizinhança inóspita, mau-cheirosa e infectante.

Num segundo plano de análise, chegamos à dicotomia: lixo rico do rico e lixo pobre do pobre. Excetuando os resíduos de construção civil, pois sabemos que as periferias possuem maiores frentes de expansão e com maior área sujeita a geração destes resíduos suscetíveis à catação humana¹¹; excetuando, ainda, a geração de inorgânicos que possui maior evidência nas centrais de abastecimento e nas feiras livres; a classe dominante, melhor instalada na cidade, produz maior quantidade de embalagens (papelão, papel e plástico), latas de aço e de alumínio, além de cartuchos de impressora e, gera mais sucata por entender que seu produto se deprecia, às vezes, simplesmente, pelo novo lançamento do mercado, tornando-se a fonte do lixo seco de maiores valor econômico e magnitude.

¹⁰ Aurá: bairro que dá nome ao lixão de Belém.

¹¹ Nos bairros onde a especulação imobiliária oferece oportunidades de verticalização, as construtoras se valem de empresas especializadas na coleta de resíduos de construção e demolição, tirando qualquer possibilidade destes catadores de entulho “abocanharem” este *market share*.

Se tratarmos os bairros belemenses do Guamá, do Jurunas e da Terra Firme como bairros de uma primeira periferia (mais próxima do centro de acúmulo de renda) e o bairro das Águas Lindas, no conurbado município de Ananindeua, como bairro de uma segunda periferia (mais avançada)¹², perceberemos que a distância pequena entre as classes oferece facilidade de acesso ao lixo rico dos ricos, já que dos 17 trajetos realizados pelos 6 catadores entrevistados¹³, 9 passam pelos bairros de alta renda de Nazaré, do Umarizal e de Batista Campos (v. figura 4).

Por fim, há uma terceira análise muito própria e, de fácil interpretação. Trata-se do centro comercial de Belém. Cartórios, escritórios de autônomos e de empresas dos mais diversos ramos, lojas dos mais diversos produtos e ambulantes em uma zona com evidentes características comerciais são um atrativo singular, pela geração de papel, plásticos e principalmente papelão. Ali, 13 catadores se apresentam, em grande parte, como moradores da primeira periferia, mesmo assim, quase 1/3 (um terço) da amostra reside na segunda periferia de Belém.

Percebe-se, de qualquer forma, nas três análises supramencionadas, que o mercado dita, através do valor da terra e dos produtos disponibilizados ao consumo, como os catadores vêm a se territorializar, comprovando a passividade deste grupos, frente às ações mercadológicas que regem seus movimentos.

4.2. Representação organizacional dos catadores, no urbano de Belém.

As cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis têm ganhado espaço e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis é o grito troante na busca de uma identidade própria que dê forças e alimente conquistas a estes excluídos. Agrupar-se na formalidade organizacional ainda é um desafio.

Catadores sem organização social, seguramente, retratam a pior condição. Catadores desorganizados são grupo de estudo, podem ser chamados de grupo social

¹² Os conceitos de primeira e segunda periferia são apropriações do que Corrêa (2005) chamou de periferia imediata e longínqua, dentro de um esquema de dinâmica espacial da segregação. Como Belém é caracterizada por uma urbanização em 90° onde sua orla é periférica e não central, no aspecto distribuição de renda latino-americana, preferimos uma estratificação da zona periférica em primeira e segunda.

¹³ Destes entrevistados, dois possuíam carroto de tração humana. O que possuía o maior veículo chegava a carregar setecentos quilogramas de material reciclável, sendo aquele que evidenciamos auferir maiores rendimentos, cerca de R\$ 550,00 por mês. Vale dizer que o lixão oferece rendas maiores.

– talvez equiparáveis a ambulantes sob a mesma condição – mas estão longe de ser um grupo político. Um grupamento político minimamente identificado é condição sem a qual não se pode ser estabelecido um fulcro jurídico e uma identidade econômica que retornem, ciclicamente, a um fortalecimento político. Isto significa vez e voz. Sem esses aspectos democráticos essenciais não podemos identificar “catadores de lixo”, mas sim, simplesmente, pobres (ou miseráveis) que não passarão de dados estatísticos e continuarão, cada vez mais, à margem da exploração monetária de sua força de trabalho, inequivocadamente desprotegida de qualquer auxílio governamental.

Catadores com organização social (associações, cooperativas e organizações não-governamentais) representam o inverso do caso anterior. Neste caso, há base jurídica, identidade econômica e representação política (não necessariamente força política. A força de representações como estas deve ser medida caso a caso). O reconhecimento público é fácil e as possibilidades de inserção, infinitamente maiores.

No universo dos 450 catadores sobre o lixão observa-se um dado interessante: 33 associados; 197 cooperados e 320 sem organização (BELÉM, 2001). Estes números possuem variação muito grande, mas a reprodução da função também é muito veloz. Assim, a melhor interpretação é a relativa. Vejamos a figura a seguir.

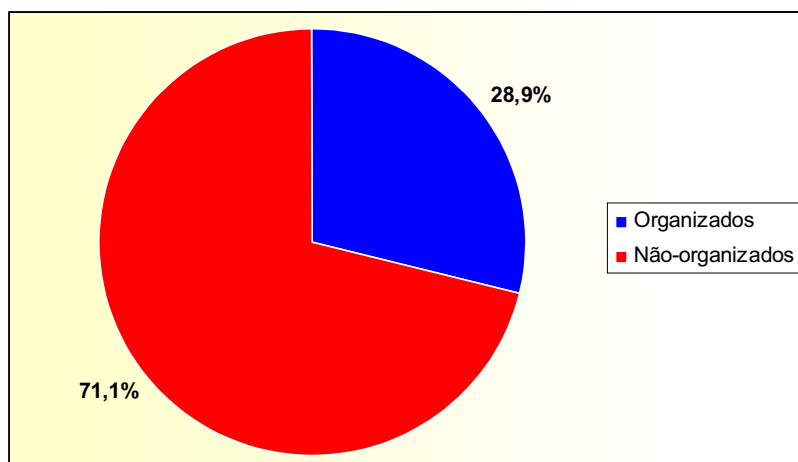


Figura 6: Gráfico dos catadores sobre o lixão, pela participação em organização social.

Fonte: Belém (2001)

Ao somarmos aos não-organizados, aqueles que labutam nos logradouros de Belém, esta margem de “desassistência” torna-se maior. Mas, organização social, no

caso dos catadores sobre o lixão, sem o apoio do poder público municipal, como é o caso presente em Belém, infelizmente, em curto prazo, não redundará em organização de fato, muito embora seja de direito. As adversidades são muitas e os problemas individuais parecem ser sempre maiores que qualquer visão coletiva de solução. A idéia de garimpo e a precariedade que moldam o cenário destas relações sugere animosidade, valor à posse, egoísmo, sobrevivência...

Estamos querendo entender as ações provenientes do aspecto organizacional como mais que um número de inscritos em uma organização, mas sim, os benefícios circunscritos às conquistas coletivas na luta diária – e até inconsciente – pela cidadania.

5. Conclusões:

Quando a força de trabalho migra por força do capital não pode ser representada por uma única identidade cultural, assim como os catadores. Mas, no momento em que ingressam na formalidade, dispõem de representações sociais, mormente, sindicatos, galgados por objetivos comuns, muito embora cada vez mais dilacerados pela flexibilidade do capital. Os catadores se apresentam como grupo a ser estudado, mas, em seu seio, nem sempre se fazem representados politicamente, como os trabalhadores sindicalizados.

Os catadores, sejam sobre lixões, sejam de rua, conclusivamente, não se reterritorializarão por suas origens fundiárias ou culturais, ou ainda pela sua representatividade política, mas sim por sua função de interesse do grande capital, latente pela excessiva pobreza onde estão suportados. Mais, ainda: o catador-indivíduo ou o catador-função surge imediatamente com sua reterritorialização e vice-versa, isto é, um indivíduo excluído, se reterritorializa como catador, no exato momento em que abraça a catação de lixo como exercício laboral de sustento de vida. Este aspecto funcional é, portanto, mais significativo, em uma análise de reterritorialização, que o próprio acesso controlado sobre o lixo urbano reciclável e sua caracterização como grupo social, que acabam sendo consequência da função e não condição para tal.

As ações de governo não primam pela categoria “catador de lixo”, cujos benefícios, quando os alcançam, o fazem porque os mesmos são qualificados como pobres, não

como catadores. Zerbini (2004) diz que apenas 14% dos catadores do lixão de Belém percebem algum benefício.

Acreditamos que este trabalho ratifica uma expressão urbana fruto da flexibilização do capital e proporciona dados plausíveis para ações públicas de cunho social e de coleta seletiva mais eficientes, voltados às fontes geradoras e à representação política deste movimento, certos de que não estamos deitados sobre os números (esses mudam a cada dia), mas alicerçados por uma evidência torturante e progressiva da maior agressão do capitalismo em sua história, a segregação, no caso, contida em relações de produção, consumo e descarte incontroláveis e suscetíveis a degeneração humana, transposta, em territorialidade tão própria quanto involuntária, contudo, merecedora dos benefícios de uma revolução verdadeira.

6. Referências:

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7. Ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 51-84. (Série Princípios 53)

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2005. p. 96. (Série Princípios 174)

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994. 157p.

RIBEIRO, L. C. de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas da produção de moradias na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ:FASE, 1997. p. 37-101.

BRAUDEL, Ferdinand. As cidades. In.: _____. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV - XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1994. v. 1, p. 439 – 510.

VELHO, Gilberto. Eflexões sobre a Escola de Chicago. In.: VALADARES, Lícia (org.). **A Escola de Chicago**. Impacto de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005. p. 53 – 68.

PALEN, J. Jonh. **O mundo urbano**. Rio de Janeiro: Forense Unversitária, 1975. 530p.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 291 p.

DIAS, Allan Rodrigues. **Condições de vida, trajetórias em modos de “estar” e “ser” catador: estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR)**. 2002. 99f.. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Curso de pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BARROS, Liza Castelo Branco; PRADO, Edy Carvalho e; SILVA, Manoel Francisco. Diagnóstico dos atuais catadores do lixão (pantanal) de Castanhal – PA. Castanhal: PGIRS, 2005. 28 p.

BELÉM. **CADASTRO_DE_CATADORES_E_PROJETOS.xls**. Belém, ?? de ??? de 2001. 1 arquivo (271 kbytes). Enviado por e-mail. Excel for windows XP.

ZERBINI, Fundação. **Relatório_Belém.pdf**. Belém, 29 de julho de 2004. 1 arquivo (1,78 Mbytes). CD-ROM. Adobe Reader 7.0.

LIMA, José Júlio. **Catadores por bairro de moradia**. [Belém], 2006. 1 mapa: ?? cm. Escala: no mapa.

LIMA, José Júlio. **Locais de coleta por local de moradia**. [Belém], 2006. 1 mapa: ?? cm. Escala: no mapa.

IPPUR/UFRJ/FASE. **Renda mensal, na Região Metropolitana de Belém, em Salários Mínimos (SM) – Até 2 SM's**. [Belém], 2005. 1 mapa: ?? cm. Escala: no mapa.

IPPUR/UFRJ/FASE. **Renda mensal, na Região Metropolitana de Belém, em Salários Mínimos (SM) – Mais de SM's**. [Belém], 2005. 1 mapa: ?? cm. Escala: no mapa.